

ARQUITETURA COMO MEIO PARA A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: O ESTILO NEOCOLONIAL NAS ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO.¹

Marianna Ramos Boghosian Al Assal

Arquiteta pela FAU-USP, mestranda pela FAU-USP

Resumo

A presente comunicação pretende abordar alguns dos aspectos relativos à idealização, concepção do projeto e implantação das Escolas Práticas de Agricultura, realizadas pelo interventor Fernando Costa no Estado de São Paulo entre 1942 e 1945, problematizando sua inserção no contexto arquitetônico e político do período em que foram realizadas. Procura-se, sobretudo, discutir, a partir do caso específico das Escolas Práticas de Agricultura, o uso da arquitetura como materialização e reafirmação de um determinado projeto político, ou ainda, como estratégia de legitimação de poder. Propõe-se para tanto o estudo das Escolas Práticas de Agricultura sob a perspectiva da adoção da arquitetura neocolonial em um programa escolar - e do discurso ideológico específico que assume para tanto - vista como elemento constituinte do projeto da implantação das referidas escolas, executado no âmbito de órgãos públicos estaduais, inserida na política do Estado Novo e em suas elaborações discursivas de convencimento e legitimação.

Palavras-chave: Arquitetura escolar. Estado Novo. Estilo neocolonial. Identidade nacional.

Abstract

This paper intends to discuss some of the aspects of the idea, conception of the project and establishment of the 'Escolas Práticas de Agricultura' (agriculture practical schools), carried through by Fernando Costa in São Paulo between 1942 and 1945, with special attention to the architectural and political context of the period. The main purpose is to analyze, from the specific case of the agriculture practical schools, the use of architecture as a mean to materialize and reaffirm a certain political project, or, in other words, as a mean to legitimate power. Therefore the agriculture practical schools are studied under the perspective of the use of the neocolonial architecture – and of the specific ideological speech adopted – seen as important element of its initial conception.

¹ A presente comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado financiada pela FAPESP.

And also, as a government project that took place in the dictatorship period known as 'Estado Novo', and, consequently adopted its political strategies of persuasion.

Key Words: School architecture. Estado Novo. Neocolonial style. National identity.

Logo após assumir o posto de Interventor do Estado de São Paulo em 1941, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas - segundo o modelo previsto pelo Estado Novo então em vigor -, Fernando Costa começa a delinear o projeto que se tornaria uma das características mais marcantes de sua administração: a criação de um abrangente conjunto de Escolas Práticas de Agricultura. Tratava-se de dar continuidade às diversas iniciativas relacionadas ao ensino agrícola empreendidas ao longo de sua carreira política, implantando uma rede de escolas profissionalizantes localizadas em alguns dos principais centros produtivos do estado, de forma que seus raios de ação cobrissem quase todo seu território. São, portanto, criadas em 1942 as dez primeiras 'Escolas Práticas de Agricultura' do referido plano, localizadas em Amparo, Araçatuba, Ribeirão Preto, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga e Rio Preto². Embora apenas cinco dessas escolas tenham sido de fato construídas até o final de sua gestão enquanto interventor, em 1945 - seguido da deposição de Getúlio Vargas e do encerramento do Estado Novo -; o feito impressiona, pela dimensão e complexidade das construções realizadas em apenas três anos. Chama atenção ainda a indicação arquitetônica oficial adotada: todas as escolas deveriam ser realizadas dentro do estilo neocolonial.

Tal escolha, que aparece como elemento constituinte do projeto de idealização das escolas - e não como decisão posterior realizada no âmbito dos órgãos técnicos responsáveis pela construção -, destaca-se se confrontada tanto com a historiografia da arquitetura que trata da temática neocolonial, quanto

² Decreto 12.742 - 3 de junho de 1942. Doadas à Universidade de São Paulo em momentos e circunstâncias diversas, duas dessas escolas agrícolas deram origem aos campi dessa instituição nos municípios de Pirassununga e Ribeirão Preto, os quais ainda hoje possuem suas dimensões originais, bem como englobam suas construções remanescentes. As antigas instalações da Escola Prática de Agricultura de Ribeirão Preto são tombadas pelo CONDEPHAAT desde 1994 (Resolução de tombamento SC/7, de 22/3/1994 - Processo 24699/86). Cf. WOLFF (1991), LANNA (2005), BOGHOSIAN (2005).

com aquela dedicada à arquitetura do período do Estado Novo. A primeira procurando destacar a importância da arquitetura neocolonial como etapa - em plena superação na década de 1940 - de um certo processo evolutivo, ao antecipar, em relação ao modernismo, a temática nacional³. A segunda, dedicada a tratar das ligações entre arquitetos e classes dirigentes no Estado Novo, buscando mostrar o papel decisivo desempenhado pelo apoio estatal na finalização dos embates estilístico-arquitetônicos com a vitória e propagação da arquitetura modernista⁴.

Frente a esse cenário alguns trabalhos recentes procuram mostrar a diversidade da produção arquitetônica estatal no Estado Novo (SEGAWA, 2006; CAVALCANTI, 2006), ou, nas palavras de Cavalcanti, “um estado não-monolítico, espécie de campo de forças multivetoriais”, onde arquitetos e grupos, permanentes ou transitórios, disputam, através de estratégias diversas, a construção de certa hegemonia no campo nascente da produção arquitetônica (2006, p12-13). O tom preponderante continua, no entanto, destacando a importância simbólica do modernismo para as manifestações governamentais, enquanto síntese de um projeto político de modernidade e grandiosidade, que se lança à paradoxal tarefa de construção do passado e representação do futuro para a arte e cultura nacional e para o próprio país. A presente comunicação procura, a partir de um caso específico, trazer novos dados para tais reflexões, ao apontar como um esforço análogo, igualmente inserido na trama discursiva de legitimação do Estado Novo, se materializa em formas diversas.

Os objetivos específicos e programa de ensino para as Escolas Práticas de Agricultura começam a delinear-se logo no decreto de sua criação, que aponta que “todos os conhecimentos da parte do aprendizado agrícola serão ministrados através da prática diária”; e reafirmam-se nas justificativas apresentadas para o amplo projeto de instalação das escolas onde se destaca a importância do “preparo do homem para o trabalho moderno da terra graças a um ensino prático de agricultura” e da “organização da produção em moldes tais que faça com que a agricultura seja uma indústria lucrativa para o produtor,

³ Cf. especialmente AMARAL (1994). Cabe destacar nesse cenário os trabalhos de LEMOS (1989), PINHEIRO (1997) e KESSEL (2002) que trouxeram grandes contribuições ao apontar a permanência do neocolonial embora se transformando mais em um modismo difundido na construção anônima de nossas cidades, bem como MELLO (2007) e ATIQUE (2007) que trazem novos dados para o entendimento do neocolonial em seus desdobramentos ideológicos e políticos a partir da perspectiva do percurso profissional de Ricardo Severo e de sua variação, o estilo missões.

⁴ Cf. especialmente MARTINS (1987).

radicando o homem ao solo, quer pelos lucros aferidos, quer pela vida atraente” (MARTINS, 1991, p.309-310). RITTER - relator oficial das ações de Fernando Costa na Interventoria - ressalta também tal característica na instituição das escolas agrícolas que, em suas palavras, “colima, pela instrução e especialização técnica, radicar para sempre o camponês à gleba e dele fazer um homem apto, educado, consciente e independente” (s.d., p.58). Visando dessa forma atingir distintos e vastos objetivos, com vistas à formação desse trabalhador rural, as escolas adotariam um programa de ensino igualmente amplo, que deveria abranger desde noções gerais de agricultura e criação animal, até princípios de higiene e saúde, ou a fabricação rudimentar de utensílios.

Os projetos de arquitetura das cinco escolas foram divididos entre dois órgãos do governo estadual. Os projetos da Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas, em Ribeirão Preto, e Gustavo Capanema, em Bauru, foram entregues à Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo (DOP) - subordinada à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Já a Escola Prática de Agricultura Fernando Costa, em Pirassununga, a Paulo de Lima Corrêa, em Guaratinguetá, e Carlos Botelho, em Itapetininga, foram entregues à Divisão de Engenharia Rural (DER) da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. Embora os projetos desenvolvidos por esses dois órgãos assumam características específicas, são imensas suas semelhanças, principalmente no que diz respeito ao programa de necessidades e ao partido geral adotado tanto na implantação e desenho da paisagem quanto na composição de muitos dos edifícios.

Cada uma das escolas seria composta pelo edifício central, que, além da direção, salas de aula e serviços de saúde, abrigaria também grandes dormitórios para os alunos, refeitório, lavanderia e demais infra-estrutura necessária para a permanência integral dos alunos na escola; pelo centro de esportes com ginásio e quadra aberta; pelas residências destinadas ao diretor, professores, e funcionários; e pelos outros edifícios, destinados ao ensino prático e à produção agrícola ou pecuária, assim como processamento de seus produtos, de forma a garantir a auto-suficiência da estrutura. A composição, tanto dos edifícios vistos isoladamente, quanto do conjunto, é resultado de um cuidadoso arranjo que confere grande unidade ao todo, marcado tanto pela sobriedade e monumentalidade que caracterizam as diversas edificações, quanto pela constante utilização de elementos pertencentes ao vocabulário do estilo neocolonial, como forma de referência simbólica ao caráter grandiosamente autóctone do projeto.

O caráter monumental assume, nas palavras de RITTER, a justificativa de que tais escolas estariam sendo construídas com capacidade de absorção do

crescimento populacional das áreas rurais; e que “o pomposo, o vistoso, o lindo e rico dos edifícios constitui por assim dizer uma condição psicológica indispensável a um tipo de ensino que operará logo de saída, a reforma da mentalidade, a transmutação de hábitos do aluno” (s.d., p.60). RITTER reafirma ainda o que seria a “importância social” do plano, a ser sentida por suas “conseqüências políticas e morais”:

É preciso que este - o aluno - se apegue ao conforto e à beleza para que, depois, na sua existência de trabalhador rural, ambicione as mesmas comodidades a que se habituara, deseje manter os mesmos costumes que adquirira, e assim tudo faça por alcançá-las e mantê-los, provocando nos outros, pelo exemplo diuturno, igual disposição para tal melhoria de vida, o que, uma vez generalizado, culminará no que se chama progresso (s.d., p.60).

Tratava-se, portanto, de uma aposta no papel transformador da educação, em sua capacidade de “reformular e melhorar os meios de trabalho” bem como os “costumes de um povo” (MARTINS, 1991, p.300). Tal aposta no papel transformador da educação e em seu poder de reverberação na sociedade configura peça central dos discursos de intelectuais dedicados a pensar o ensino e suas instituições desde a década de 1920 e ganha contornos particulares como política governamental no âmbito do Estado Novo onde, “além do uso dos meios de comunicação e da produção cultural com sentido educativo, a educação em si mesma era vista como um veículo privilegiado no que se refere à introdução de novos valores e modelagem de condutas” (CAPELATO, 1998, p.211).

Procurando caracterizar o início do período ditatorial tanto em sua continuidade em relação às mudanças ocorridas no país desde a Revolução de 1930, quanto em suas características específicas de instauração de uma nova ordem, a partir da elaboração e divulgação de um projeto político-ideológico que, embora não fosse o resultado de uma “doutrina oficial compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes” (GOMES, 1982, p.110), poderia se legitimar e se afirmar como “socialmente dominante”, GOMES destaca que

Em novembro de 1937 instaura-se no país um regime político que afirma inaugurar uma experiência única na história do Brasil. Assim o Estado Novo, ou Estado Nacional, procura articular uma política ideológica que assinala toda a grandeza de sua inovação e que legitime seu formato político-institucional perante todos os atores relevantes do sistema. Com esse objetivo, mobiliza uma

série de recursos específicos que asseguram a produção e a divulgação de um certo conjunto de idéias que conformam o seu projeto político. (1982, p.109)

Instaurava-se, assim, em 1937 o governo ditatorial do Estado Novo, cuja ideologia de progresso e engrandecimento da nação, aparece fortemente caracterizada pelos paradigmas do nacionalismo e defesa da soberania nacional, modernização das instituições e industrialização dos processos produtivos, mas, sobretudo, pela crença no estado como mediador de tensões. Esse processo, marcado pela transformação do imaginário numa força reguladora da vida coletiva e artifício importante no exercício do poder, teve como uma de suas peças centrais a construção de uma identidade nacional unificadora (CAPELATO, 1998). Cabe destacar que no âmbito do projeto político-ideológico do Estado Novo o discurso da unidade nacional permeia campos diversos que vão da unidade política e territorial, à definição do ‘povo brasileiro’ em sua unidade étnica miscigenada⁵.

Construir, portanto, um trabalhador disciplinado e eficiente para o trabalho na agricultura em uma perspectiva industrial, mas também dócil porque orgulhoso de seu papel no processo de crescimento da potência nacional, constituem características centrais na concepção das Escolas Práticas de Agricultura e que as inscrevem de forma inquestionável no contexto dos processos políticos, sociais e culturais empreendidos pelo Estado Novo.

Apresentado assim, em linhas gerais, o plano concebido e encampado para as escolas agrícolas pela interventoria, é possível entender o caráter ‘inovador’ pretendido pela iniciativa, e sua subordinação direta à lógica de ‘progresso e engrandecimento nacional’ na qual o trabalhador teria papel decisivo, que constitui a base do discurso empreendido pelo Estado Novo. Nesse sentido, nota-se na defesa à importância das Escolas Práticas de Agricultura constantes referências enaltecendo o trabalhador da indústria rural, e o caráter modernizador que o ensino que passaria a ser oferecido conferiria a

⁵ “Para os nacionalistas a unidade nacional dependia também da resolução do problema étnico. Nesse aspecto é preciso salientar que houve mudança significativa no discurso sobre as raças na década de 1930. As teses baseadas nas ciências biológicas e na sociologia evolucionista orgânica que justificara o racismo e a necessidade de branqueamento na sociedade até o final dos anos 20 foram sendo, paulatinamente, substituídas por outras perspectivas que acabaram por valorizar a miscigenação. A necessidade de aproveitamento do trabalhador nacional explica, em parte, essa mudança. Mas a justificativa dessa nova postura aparecia relacionada à preocupação com a unidade étnica do país, elemento importante na construção da consciência nacional.” (CAPELATO 1998, p.229)

seu trabalho; assim como um certo tom de ufanismo da nação sempre presente. Em tal contexto ganha especial destaque a resolução oficial de que as monumentais escolas deveriam, em sua composição, adotar “linhas puras e sóbrias (...) obedecendo todas as construções rigorosamente ao estilo colonial brasileiro” (RITTER, 1943, p.114). A arquitetura, ou o estilo adotado passaria assim a fazer parte também da proposta educativa das escolas, ao acostumar o trabalhador, ou educar seu gosto, a uma estética de caráter nacional.

Assim, se por um lado evidenciam-se tanto as distâncias formais, quanto as proximidades e confluências entre os discursos de defesa e legitimação das arquiteturas modernista e neocolonial desenvolvidas no período do Estado Novo; por outro cabe destacar que essas certamente não são as únicas duas vertentes estilísticas utilizadas nas construções oficiais do período. Dessa maneira, a presente comunicação não pretende propor a idéia de um outro grupo a disputar lado a lado com modernistas, quer a hegemonia efetiva, quer aquela das elaborações discursivas posteriores acerca da arquitetura produzida durante os anos ditatoriais do Estado Novo. Pretende-se apenas, a luz das considerações brevemente desenvolvidas acerca do caso das Escolas Práticas de Agricultura construídas no Estado de São Paulo naqueles anos, propor que, de maneira análoga ao que se vem realizando nas revisões historiográficas acerca do Estado Novo⁶, também com relação à arquitetura talvez seja mais produtivo pensarmos menos em hegemonias - desde sempre construídas - e projetos unitários e monolíticos de um estado coeso - orientados ou não por intelectuais esclarecidos - que se impõem forçosamente, quer seja por seu suposto valor inerente, quer seja por mecanismos políticos de convencimento ou persuasão; e passemos a pensar mais em pluralidade conceitual, em processos de negociação e em discursos ‘imaginados’⁷.

⁶ Cf. BORGES (2001), CAPELATO (2001) e FERREIRA (2001).

⁷ Fazemos uso aqui do conceito desenvolvido por ANDERSON (2008) para discutir os processos relacionados à formação das identidades nacionais.

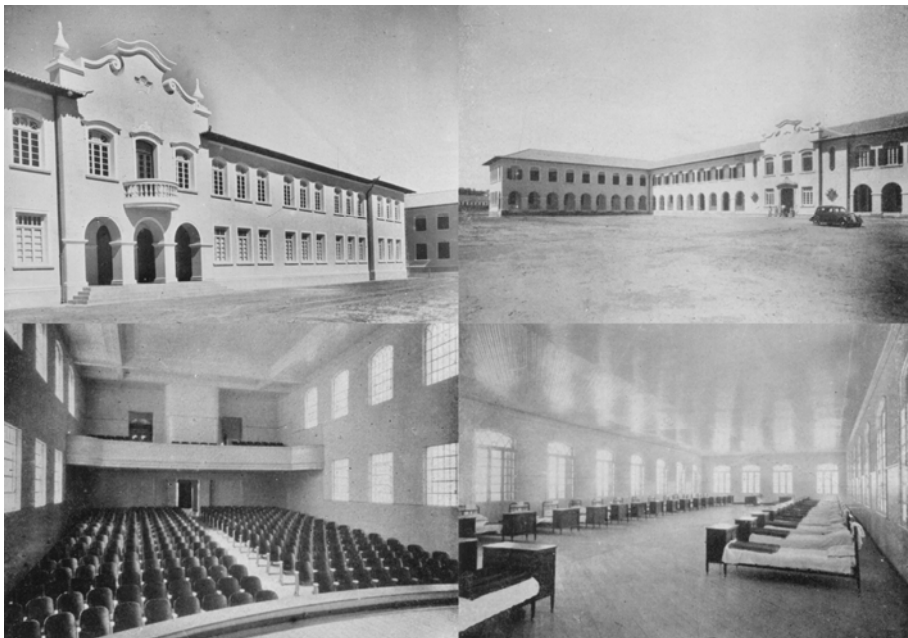


FIGURA 1. Escola Prática de Agricultura Gustavo Capanema: fachada principal, pátio, dormitório e auditório do edifício principal. Fonte: (-). Escola Prática de Agricultura Gustavo Capanema, Bauru. *Acrópole*. São Paulo, n.100, ago., 1946, p.109-12.

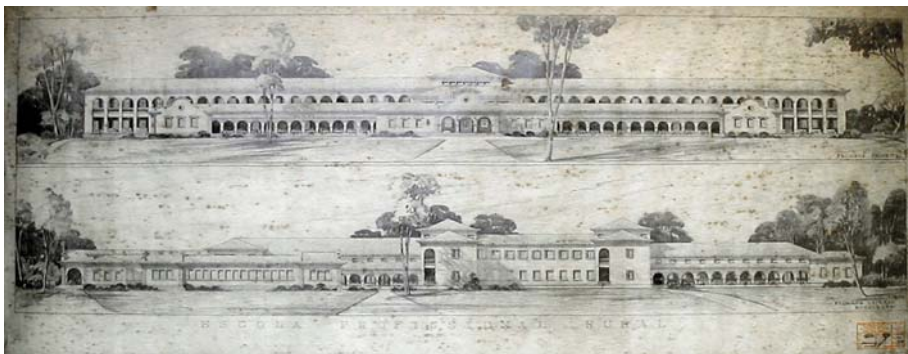


FIGURA 2. Fachada principal e lateral do edifício principal das escolas de Pirassununga, Guaratinguetá e Itapetininga - projeto modelo desenvolvido pelo Departamento de Engenharia Rural. Fonte: Arquivo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

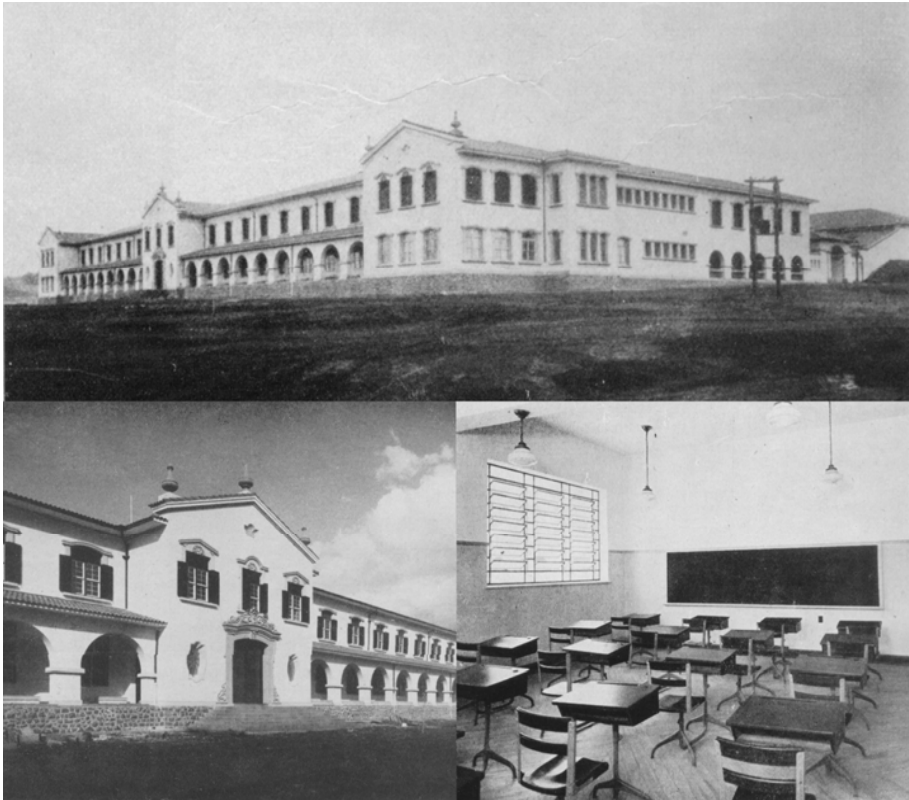


FIGURA 3. Vista geral, detalhe da fachada principal e sala de aula do edifício principal da Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas. Fonte: (-). Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas em Ribeirão Preto. *Acrópole*. São Paulo, n.70, fev., 1944, p.288-91.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Aracy (coord.). *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial / Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ATIQUÊ, Fernando. *Arquitetando a boa vizinhança: A sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo Norte-Americano, 1876-1945*. São Paulo: Tese de doutorado defendida junto à FAUUSP, 2007.

- BOGHOSIAN, Marianna Ramos. *Escola Prática de Agricultura Fernando Costa: Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Trabalho Final de Graduação apresentado junto à FAUUSP, 2005.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos 30 e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.159-182.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: FAPESP / Papirus, 1998.
- _____. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.183-213.
- CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e a sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p.109-150.
- KESSEL, Carlos. *Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada junto à UFRJ, 2002.
- LANNA, Ana Lucia Duarte (coord.). *Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: EDUSP / IMESP / CPC, 2005.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus / Editora da UNICAMP, 1986.
- MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil, a obra de Lucio Costa 1924-1952*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada junto à FFLCHUSP, 1987.
- MARTINS, Zoraide. *Agricultura Paulista: uma história maior que cem anos*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.
- MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2007.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP, 1997.

RITTER, Marcelino. *Fernando Costa na interventoria do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia das Flores, 1943.

_____. *A reconstrução de São Paulo no Governo Fernando Costa*. São Paulo, Artes Gráficas Mangione, s.d.

SEGAWA, Hugo. Arquitetura na era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria. (org.). *Moderno e nacional*. Niterói: EdUFF, 2006, p.83-99.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Escola Agrícola Getúlio Vargas em Ribeirão Preto: o neocolonial na arquitetura pública*. São Paulo: FAUUSP, 1991.

(-). Escola Prática de Agricultura Gustavo Capanema, Bauru. *Acrópole*. São Paulo, n.100, ago., 1946, p.109-12.

(-). Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas em Ribeirão Preto. *Acrópole*. São Paulo, n.70, fev., 1944, p.288-91.